

Ajuste fiscal será de longo prazo, diz Lisboa

Dida Sampaio/AE

Secretário de Política Econômica explica que, desta vez, não serão computadas receitas extras

SONIA RACY

O ajuste fiscal preparado pelo governo Lula, a ser anunciado nos próximos dias pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, é um ajuste permanente, com base em cálculos feitos sem adição de receitas extraordinárias, e levando em conta uma arrecadação realista montada com índices confiáveis. Quem afirma é o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa. Segundo ele, "o desafio hoje é construir um longo prazo sustentável em uma conjuntura desfavorável". E disse que o País está preparado para enfrentar os efeitos de um possível conflito entre os Estados Unidos e o Iraque.

Em entrevista ao Estado, o secretário informou que mudou a metodologia de cálculo para montar as contas que dão base à meta de superávit primário. "Dependendo da composição do índice utilizado (para medir arrecadação), as mudanças de preços relativos têm maior ou

que têm sido anunciadas pelos ministros Palocci e Mantega. O aumento do volume de comércio exterior, por exemplo, é parte importante dessa estratégia, ao permitir reduzir a relação entre exportações e necessidade de financiamento externo. Da mesma forma, o ajuste fiscal sustentável de longo prazo é, também, parte fundamental desse processo, pois permitirá a redução do risco de crédito dos títulos da dívida pública e da taxa de juros. Dessa forma, pode-se reduzir a relação dívida/PIB e redirecionar parte do Orçamento para as políticas sociais.

Estado – Mas essas medidas são de médio prazo. O que fazer agora?

Lisboa – Enfrentamos uma conjuntura difícil no curto prazo. Afinal, a dívida pública, além de grande, está concentrada em títulos de curto prazo. E mais. A economia brasileira apenas passou a buscar equilíbrio das contas públicas recentemente e, mesmo assim, utilizando recursos temporários como receitas extraordinárias. Durante todo o primeiro governo Fernando Henrique ocorreram grandes desequilíbrios fiscais, em parte responsáveis pela nossa dívida atual. E, no segundo governo, o equilíbrio fiscal, quando obtido, o foi via soluções temporárias, como contribuições com data para terminar ou receitas extraordinárias.

Estado – Isto posto, o que fazer?

Lisboa – O desafio hoje é construir um longo prazo sustentável em uma conjuntura desfavorável. Para isso, não podemos nos restringir apenas à política monetária, o que geraria custos muito elevados. A política fiscal desempenha um papel fundamental nesse processo, não apenas reduzindo o impacto do choque externo, mas também deixando claro nosso compromisso com o ajuste intertemporal das contas públicas. Por isso mesmo, o ministro Palocci tem anunciado repetidamente a necessidade de um ajuste fiscal de qualidade que permita romper o ciclo vicioso em que a economia brasileira se encontra há anos.

Estado – Em Davos, o presidente do BC, Henrique Meirelles, teria dito, em reunião com economistas internacionais, que o superávit fiscal revisado seria mais de 4%.

Lisboa – O ministro Palocci, como anunciou em Davos, vai dar o número nesta semana.

Estado – A equipe econômica tem enfatizado a necessidade de fugir de armadilhas fiscais no Orçamento público, buscando um índice melhor que o IGP-DI para projeções fiscais. Esse índice será trocado? É possível encontrar uma fórmula melhor para isso?

Lisboa – Existe necessidade de índices melhores, e isso decorre precisamente da instabilidade da nossa economia. O choque externo que vivemos no passado teve como uma de suas consequências uma mudança dos preços relativos, com o encarecimento dos bens comercializáveis externamente em relação aos demais bens e serviços. Dependendo da composição do índice utilizado, essas mudanças de preços relativos têm maior ou menor impacto. O IGP-DI, assim como os índices de preços por atacado, são muito sensíveis a essa mudança de preços relativos. Isso significa que projeções com base nesses índices tendem a superestimar os valores. Por isso mesmo, a orientação dos ministros Palocci e Mantega tem sido bastante clara em refazer as estimativas do Orçamento utilizando os estimadores estatisticamente mais confiáveis.

Estado – Houve críticas de economistas questionando por que o arcabouço econômico não foi anunciado com as metas ajustadas de inflação?

Lisboa – Os principais aspectos da política econômica têm sido anunciados pelos ministros



Marcos Lisboa: 'É preciso, e é esse o nosso papel, contribuir para reconduzir o País à normalidade'

da área desde a transição. E, desde o primeiro dia de governo, os ministros Palocci e Mantega têm deixado claro o calendário do detalhamento das principais estratégias a serem adotadas. Primeiro, a curva de reação do Banco Central ao descumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Seguindo a orientação da equipe econômica, que definiu o prazo de convergência às metas existentes, o presidente do Banco Central apresentou, na sua carta de justificativa do estouro das metas no ano passado, uma proposta detalhada de convergência que foi aprovada pela equipe econômica. Essa carta, bem mais detalhada que as do passado, deixa claro o compromisso de toda a equipe econômica com a total transparência das regras de condução da política econômica. Transparência significa detalhamento técnico. Igual clareza e rigor serão utilizados no anúncio das metas fiscais.

Estado – As novas metas de inflação ajustadas vão passar pelo crivo do CMN?

Lisboa – Esse tema será tratado e resolvido pelos ministros da área econômica.

Estado – E a "Agenda Perdida", que o senhor coordenou, vai ser utilizada?

Lisboa – A agenda sistematizou trabalhos acadêmicos sobre problemas específicos. A partir das prioridades escolhidas pelo governo Lula, ela será útil na medida em que os ministros assim acreditem.

Estado – Como o Ministério da Fazenda vai ajudar o governo Lula a fazer mais pelo social?

Lisboa – Essa pergunta me tenta a romper, um pouco, os limites da boa conduta no governo e falar de forma mais geral de temas que não estão na minha alçada. O enfrentamento da questão social como uma

desigualdade de renda. Apenas um país muito distante da sua realidade e com graves problemas de gestão gasta seu tempo discutindo tecnicidades da política econômica.

Estado – E os gastos com o social?

Lisboa – Quero explicar primeiro que poder contribuir para este governo me foi tão sedutor quanto surpreendente, dada a minha ausência de vínculos prévios com o partido. É irrecusável participar de um governo que anuncia a fome como tema central e colaborar com um ministro da Fazenda que utiliza boa parte do seu discurso de transmissão de cargo para falar dos nossos graves problemas sociais.

Estado – E a Fazenda?

Lisboa – Vamos ao papel da Fazenda: nesse imenso projeto, o foco é contribuir com o ajuste das contas públicas que permita maior fração do Orçamento para que as demais áreas, sobretudo as áreas sociais, possam realizar seus trabalhos. O ministro Palocci tem enfatizado recorrentemente uma meta essencial: sermos bem-sucedidos significa conseguirmos deixar de ser tão relevantes. É preciso, e é esse nosso papel, contribuir para retornar nosso país à normalidade. E, na normalidade, cabe à política econômica garantir a sustentabilidade das contas, garantir a estabilidade assim como recursos estáveis para a área social, sobretudo nos eventuais choques negativos a que toda economia está sujeita. Cabe a todos nós da equipe econômica implementar regras e políticas que permitam a retomada do crescimento e a saída da armadilha econômica em que vivemos há tantas décadas.

Estado – Muitos governos tentaram. Como a Fazenda planeja fazer isso?

Lisboa – Garantindo recursos estáveis. O importante, o relevante é o que se faz com esses recursos, as opções e escolhas de políticas sociais. Relevantes são as políticas de educação e de saúde. Relevantes são as políticas de acesso ao crédito e à propriedade. E aí é que se define um país comprometido com a modernidade e com a inclusão social.

Estado – Sua formação é em microeconomia e a SPE tem como papel discutir política econômica. Não há aí um conflito?

Lisboa – A denominação microeconomia é um daqueles casos de nomes que acabam se revelando inadequados em decorrência da própria evolução da área de conhecimento. O termo microeconomia hoje se refere, na realidade, à teoria econômica, da qual a macroeconomia é um caso particular. No começo do sé-

culo, a teoria econômica apresentava uma certa esquizofrenia, sendo dividida em duas partes: a micro estuda as escolhas individuais, a teoria da firma e dos consumidores. Por outro lado, a macro partia de algumas relações agregadas para estudar fenômenos como inflação e emprego. As duas partes pouco conversavam e, em alguns aspectos, eram quase incompatíveis.

Estado – Hoje como é esse uso?

Lisboa – Utiliza-se o arcabouço microeconômico para estudar assimetria de informação, economia aberta, política monetária, desenvolvimento econômico, entre vários outros temas. Minha formação original é em teoria econômica, o que, no jargão da profissão, significa que eu trabalhava com modelos de equilíbrio geral, com mercados financeiros im-
perfeitos, um nome pomposo para modelos econômicos intertemporais com estrutura de ativos financeiros e assimetria de informação. Além disso, eu estudava aplicações desses modelos nas áreas de seguros e em macroeconomia. Quando voltei, tive o privilégio de encontrar um ambiente acadêmico inteiramente voltado à pesquisa na FGV, que permitiu me dedicar em tempo integral à pesquisa sobre economia brasileira.

Estado – Que trabalhos o senhor montou no Brasil?

Lisboa – Em equipes, surgiram os artigos sobre homicídio, saúde, mercado de seguros, desenvolvimento de longo prazo e evolução da produtividade da economia brasileira na última década e meia. Todos são aplicações da estrutura microeconômica mais geral a problemas aplicados específicos, em muitos casos utilizando a chamada de microeconomia, que nada mais é que modelos estatísticos que utilizam microdados – dados sobre famílias ou firmas – para estudar problemas econômicos específicos.

Estado – O governo tem anunciado diversas propostas de longo prazo. Qual a contribuição da Fazenda?

Lisboa – Um problema grave a que o ministro Palocci tem dedicado muita atenção é a questão do restrito volume de crédito privado, que tem como contrapartida os elevados spreads bancários. Se a taxa de juros Selic, é elevada, mais elevadas ainda são as taxas de juros praticadas no mercado de crédito privado. O Brasil tem um marco institucional que incentiva a procrastinação do cumprimento das obrigações de dívida, além de estimular a inadimplência. Parte desse marco pode ser reformado com a revisão de entraves contidos nas

normas processuais.

Estado – A aprovação da Lei de Falência?

Lisboa – Boa parte das dificuldades com nosso sistema de crédito decorrem precisamente da dificuldade em executar as garantias concedidas em caso de não pagamento dos empréstimos. Isso faz com que os juros pagos pelos bons pagadores sejam mais elevados de modo a compensar as perdas associadas aos maus pagadores. Se 1 em cada 21 empréstimos de 100 reais não paga sua dívida, isso significa que estes 100 reais serão rateados entre os 20 bons pagadores, o que implica mais de 5 reais a serem pagos em spreads bancários, pois há que se recuperar o principal, assim como os juros que remuneraram os correntistas dos bancos. Esse é um ponto importante do mercado de crédito: os bons pagadores acabam sempre pagando pelos maus pagadores, ou então enfrentamos crises bancárias. Por isso são tão importantes medidas que reduzam a ocorrência de inadimplência. Além disso, o Brasil tem uma grande cunha fiscal nas operações de crédito, cunha essa proporcional ao valor da operação e não à renda gerada, que também aumenta significativamente o spread bancário, sobretudo nos empréstimos de menor prazo. Um terceiro problema decorre da atual Lei de Falência, que, na prática, induz ao fechamento das fábricas, desvalorização de ativos e perda de empregos. O objetivo do governo com a nova lei é garantir que o processo seja mais rápido, de modo a evitar o fechamento das unidades produtivas e a perda de postos de trabalho.

Estado – E o limite proposto sobre as obrigações trabalhistas? Isso não contraria interesses dos trabalhadores?

Lisboa – O projeto hoje em estudo garante a prioridade no ressarcimento por trabalhador de R\$ 30 mil de salários atrasados além de outros R\$ 30 mil de dívidas junto ao FGTS. Trata-se de uma garantia superior à concedida na maioria dos países. Agora, é preciso limitar o uso de altos salários por proprietários e dirigentes como mecanismo para a retirada de recursos da massa falida. Sabendo-se que a empresa encontra-se em dificuldades, que não honra suas obrigações com credores, com o fisco e com os demais trabalhadores, alguns proprietários e dirigentes passam a entrar na folha com altos salários e, durante a falência, utilizam a atual legislação para retirarem recursos da empresa.

Estado – Qual o principal objetivo da lei?

Lisboa – Não é combater este tipo de comportamento por parte de dirigentes de empresas que se sabem em dificuldades, ainda que esse seja um ponto importante. O principal objetivo é garantir que a má gestão, e mesmo a gestão fraudulenta, não penalize os trabalhadores e o País com a destruição do aparelho produtivo. Hoje, as regras do processo de falência induzem a processos longos, em que as unidades produtivas são fechadas, o capital, a marca se depreciam, e os trabalhadores perdem seus empregos. A proposta é incentivar a venda da massa falida rapidamente, de modo a permitir que os ativos da empresa continuem a produzir. Os recursos obtidos seriam então alocados a um fundo em títulos públicos, sendo dado um tempo para que os credores se organizem e apresentem seus créditos. A hierarquia dos direitos será preservada. Primeiro os trabalhadores, depois a receita, por fim os demais credores. Agora é preciso diferenciar os trabalhadores dos proprietários e dirigentes, e estes últimos não podem ser beneficiados com a falência. Até para garantir que os recursos sejam utilizados prioritariamente pelos trabalhadores, e não pelos altos executivos e proprietários, é importante estabelecer um limite que garanta os benefícios à imensa maioria dos trabalhadores.

O desafio hoje é construir um longo prazo sustentável em uma conjuntura desfavorável

O ministro Palocci tem enfatizado que sermos bem-sucedidos significa conseguirmos deixar de ser tão relevantes

É irrecusável participar de um governo que anuncia a fome como tema central